

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial



Sumário

1. QUALIFICAÇÃO DAS PARTES.....	3
2. DO OBJETO DO CONTRATO.....	3
3. NOME COMERCIAL E NÚMERO DE REGISTRO NA ANS.....	3
4. TIPO DE CONTRATAÇÃO	3
5. SEGMENTAÇÃO ASSISTENCIAL.....	4
6. ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA.....	4
7. ÁREA DE ATUAÇÃO	4
8. DAS FAIXAS ETÁRIAS	4
9. DO ACESSO A LIVRE ESCOLHA DE PRESTADORES	4
10. NATUREZA DO CONTRATO.....	4
11. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO	5
12. DOS CONCEITOS.....	6
13. DAS COBERTURAS E PROCEDIMENTOS GARANTIDOS.....	7
14. EXCLUSÕES DE COBERTURA	8
15. DOS MECANISMO DE REGULAÇÃO.....	9
16. DA VIGÊNCIA	10
17. DOS PERÍODOS DE CARÊNCIA.....	11
18. DAS DOENÇAS E LESÕES PREEEXISTENTE:	11
19. DAS URGÊNCIA E EMERGÊNCIA:.....	11
20. DA FORMAÇÃO DO PREÇO E MENSALIDADE.....	13
21. DO REAJUSTE.....	14
22. DA PERDA DA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO	15
23. DA RESCISAO/SUSPENSAO	16
24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16
25. DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES.....	17
27. DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS.....	18
27. DA ELEIÇÃO DE FORO	24



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICO COLETIVO POR ADESÃO Segmentação Assistencial Odontológica

1. QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

1.1. Pelo presente instrumento contratual e na melhor forma de direito, de um lado ODONT - OPERADORA ODONTOLOGICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 34.907.159/0001-06, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 42208-8 e classificada nesta como ODONTOLOGIA DE GRUPO, com sede à Rua Jaguarari, nº 2281, Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.062-500, neste ato representada na forma do seu contrato social e doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

2. DO OBJETO DO CONTRATO

2.1. Este Contrato tem por objeto a estipulação de regras operacionais e comerciais relacionadas à comercialização, em favor de BENEFICIÁRIOS, da prestação continuada de serviços, sem limite financeiro, na forma de Plano Privado de Assistência à Saúde, conforme previsto no Inciso I, artigo 1º da Lei nº 9.656/98, visando à Assistência Odontológica, sendo que a cobertura contratual compreende todos os procedimentos previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde editado pela ANS e vigente à época do evento para a segmentação Odontológica e Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde (CID 10), no que se refere à saúde bucal.

2.2. O presente contrato é de adesão, bilateral, gerando direitos e obrigações para as partes, conforme dispõe o Código Civil Brasileiro, estando também sujeito às disposições do Código de Defesa do Consumidor.

3. NOME COMERCIAL E NÚMERO DE REGISTRO NA ANS

3.1. O nome comercial do produto é ODONT PLUS ADESÃO, sem coparticipação, sem previsão de reembolso, registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o número 490378211.

4. TIPO DE CONTRATAÇÃO

4.1. O tipo de contratação deste plano será Coletiva Por Adesão ofertado à população delimitada e vinculada à entidade ESTIPULANTE incluída neste Contrato, que é pessoa jurídica de caráter profissional, classista ou setorial, conforme conceituado no art. 9º da Resolução Normativa da ANS – RN nº 195/2009.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

5. SEGMENTAÇÃO ASSISTENCIAL

5.1. A segmentação assistencial do plano incluído neste contrato é exclusivamente odontológica.

6. ÁREA GEOGRÁFICA DE ABRANGÊNCIA

6.1. A abrangência geográfica do presente Contrato é restrita ao Grupo de Estados compostos pelos seguintes, a seguir elencados.

6.2. Rio Grande do Norte; Paraíba; Pernambuco; Alagoas; Sergipe; Bahia; Ceará; Piauí; Maranhão; Tocantins; Pará; Amapá; Roraima; Amazonas; Acre; Rondônia; Goiás; e Distrito Federal.

7. ÁREA DE ATUAÇÃO

7.1. A área de atuação do plano odontológico compreende exclusivamente os estados abrangidos pela área geográfica descrita no item “6.2”, onde a operadora fica obrigada a garantir todas as coberturas de assistência odontológica contratadas pelo BENEFICIÁRIO.

8. DAS FAIXAS ETÁRIAS

8.1. Não se aplica a este contrato.

9. DO ACESSO A LIVRE ESCOLHA DE PRESTADORES

9.1. Este contrato não prevê acesso à livre escolha de prestadores.

10. NATUREZA DO CONTRATO

10.1. A ODONT - OPERADORA ODONTOLOGICA LTDA operadora de planos privados de assistência à saúde, de acordo com o §1º, do artigo 1º da Lei nº 9.656/98, compromete-se, nos termos do plano escolhido, a cobrir os custos das despesas correspondentes aos serviços odontológicos previstos no Rol de Procedimentos e suas Diretrizes, editado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e vigente à época do evento. Os serviços serão prestados por dentistas credenciados pela CONTRATADA aos BENEFICIÁRIOS do contrato, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente e às demais condições, exclusões e limites definidos neste contrato.

10.2. O presente contrato de cobertura odontológica reveste-se de característica bilateral, gerando direitos e obrigações a ambas as partes, sendo um contrato aleatório, de adesão, na forma do disposto no artigo 54 do Código de Defesa do Consumidor e artigos 458 a 461 do Código Civil de 2002, assumindo o BENEFICIÁRIO o risco de não vir a



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

existir a cobertura da referida assistência pela inoccorrência do evento do qual será gerada a obrigação do CONTRATADO em garanti-la, ou em razão de o evento não constar do Rol de Procedimentos e suas Diretrizes, editado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) vigente.

10.3. Este contrato é regido pela Lei nº 9.656/98 e regulamentação setorial vigente e pelo Código Civil de 2002.

11. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO

11.1. O presente contrato se caracteriza pela contratação COLETIVA POR ADESÃO, sendo aquele que se destina a pessoas vinculadas à ENTIDADE incluída neste contrato, que é pessoa jurídica de caráter profissional, classista, ou setorial, conforme conceituado no art. 9º da Resolução Normativa da ANS – RN nº 195/2009.

11.2. Podem ser inscritos no plano como Beneficiários Titulares o profissional, classista ou setorial vinculado à ENTIDADE.

11.3. Podem ser inscritos pelo Titular como Beneficiários Dependentes, a qualquer tempo, mediante a comprovação das qualidades abaixo indicadas e da dependência econômica em relação àquele:

- a) O cônjuge;
- b) O companheiro, havendo união estável na forma da lei, sem eventual concorrência com o cônjuge salvo por decisão judicial;
- c) Os filhos e enteados, ambos com até 18 anos incompletos ou, se estudantes universitários, até 24 anos incompletos;
- d) Os tutelados e os menores sob guarda;
- e) O grupo familiar até o terceiro grau de parentesco consanguíneo, até o segundo grau de parentesco por afinidade.

11.4. Os BENEFICIÁRIOS DEPENDENTES estão vinculados ao BENEFICIÁRIO TITULAR no que diz respeito a todas as características do plano contratado.

11.5. A inclusão e adesão do grupo familiar dependerá da participação do beneficiário Titular no plano privado de assistência à saúde.

11.6. Fica assegurada a inclusão do filho adotivo do beneficiário titular, menor de 12 (doze) anos, com aproveitamento dos períodos de carência já cumpridos pelo beneficiário adotante.

11.7. Por ocasião de novas inclusões de beneficiários, observar-se-ão os valores de comercialização da tabela vigente na data da adesão.



12. DOS CONCEITOS

12.1. Para fins deste contrato, considera-se:

- a) **Acidente Pessoal:** é o evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário e violento, causador de lesão física que, por si só, e independentemente de toda e qualquer outra causa, torne necessário o tratamento médico.
- b) **Agência Nacional de Saúde - ANS:** autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde, com atuação em todo o território nacional, como órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantem a saúde suplementar.
- c) **Área de Abrangência Geográfica:** área em que a operadora se compromete a garantir todas as coberturas de assistência à saúde contratadas pelo beneficiário.
- d) **Atendimento Odontológico Ambulatorial:** é aquele executado em consultório odontológico, cujos procedimentos não necessitam de anestesia geral.
- e) **Beneficiário:** pessoa física, titular ou dependente, que possui direitos e deveres definidos em contrato assinado com a operadora de plano privado de saúde, para garantia da assistência odontológica.
- f) **Cálculo Atuarial:** é o cálculo com base estatística proveniente da análise de informações sobre a frequência de utilização, perfil do beneficiário, tipo de procedimento, efetuado com vistas a manutenção do equilíbrio técnico-financeiro do plano e definição de mensalidades a serem cobradas dos beneficiários pela contraprestação.
- g) **Carência:** período corrido e ininterrupto, contado a partir da data de início da vigência do contrato, durante o qual o Beneficiário paga as contraprestações pecuniárias, mas ainda não tem acesso a determinadas coberturas previstas no contrato.
- h) **Catálogo de Serviços Odontológicos:** relação, com os respectivos endereços, dos dentistas credenciados, clínicas, com destaque para os locais de atendimento de urgência e emergência.
- i) **CID-10:** é a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde - OMS.
- j) **Coparticipação:** é a participação na despesa assistencial a ser paga pelo beneficiário diretamente à operadora, após a realização de procedimento.
- k) **Consulta:** é o ato realizado pelo odontólogo que avalia as condições clínicas do beneficiário.
- l) **Contratada:** operadora de plano de saúde que se obriga a garantir a prestação de serviços de assistência odontológica aos beneficiários do plano ora convencionado.
- m) **Dependente:** Beneficiário de plano privado de assistência à saúde cujo vínculo com a operadora depende da existência do vínculo de um beneficiário titular. Pessoa física com vínculo familiar com o beneficiário titular do plano de saúde, de acordo com as condições de elegibilidade estabelecidas no contrato. No plano



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

individual, titular e dependentes devem estar no mesmo plano. Nos planos coletivos, titulares e dependentes podem estar no mesmo plano ou em planos diferentes de acordo com o estabelecido pela pessoa jurídica ESTIPULANTE.

- n) **Evento:** é o conjunto de ocorrências e/ou serviços de assistência odontológica que tenham como origem ou causa, o mesmo dano a saúde do beneficiário em decorrência de acidente pessoal ou doença.
- o) **Exame:** é o procedimento complementar solicitado pelo dentista, que possibilita uma investigação diagnóstica, para melhor avaliar as condições clínicas do beneficiário.
- p) **Franquia:** é o valor financeiro a ser pago pelo beneficiário diretamente ao prestador da rede credenciada ou referenciada no ato da utilização do serviço, por não ser responsabilidade contratual da operadora.
- q) **Livre Escolha de Prestadores:** mecanismo de acesso oferecido ao beneficiário que possibilita a utilização de serviços assistenciais de prestadores de serviço não pertencentes às redes, credenciada ou referenciada ao plano, mediante reembolso, parcial ou total, das despesas assistenciais.
- r) **Mensalidade:** é a contraprestação pecuniária paga pela entidade - na condição de ESTIPULANTE - à OPERADORA.
- s) **Órtese:** acessório usado em atos cirúrgicos e que não substitui parcial ou totalmente nenhum órgão ou membro, podendo, ou não, ser retirado posteriormente.
- t) **Prótese:** peça artificial empregada em atos cirúrgicos, em substituição parcial ou total de um órgão ou membro, reproduzindo sua forma e/ou sua função.
- u) **Primeiros Socorros:** é o primeiro atendimento realizado nos casos de urgência ou emergência.
- v) **Procedimento Eletivo:** é o termo usado para designar qualquer ato odontológico não considerado de urgência e que pode ser programado.
- w) **Titular:** é o beneficiário de plano privado de assistência à saúde cujo contrato o caracteriza como detentor principal do vínculo com uma operadora.

13. DAS COBERTURAS E PROCEDIMENTOS GARANTIDOS

13.1. Esta cobertura se refere aos procedimentos odontológicos previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde editado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e vigente na época da realização do evento para a segmentação odontológica, para todas as especialidades reconhecidas pelos Conselhos Federais de Odontologia (CFO), visando o tratamento das doenças constantes na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10), da Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionadas à saúde bucal.

13.2. Os honorários e materiais utilizados pelo cirurgião-dentista quando, por imperativo clínico, for necessária estrutura hospitalar para a realização de procedimentos previstos Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde editada pela ANS e vigente à época



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

do evento para a segmentação odontológica.

14. EXCLUSÕES DE COBERTURA

14.1. Em conformidade com o que prevê a Lei nº 9.656/1998, as Resoluções do Consu - ANS, e respeitando-se as coberturas mínimas obrigatórias previstas na citada Lei e no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde editado pela ANS, vigente na data do evento, para a segmentação Odontológica, estão excluídos da cobertura do Plano os eventos e despesas decorrentes de atendimentos, serviços ou procedimentos não descritos expressamente neste Contrato.

14.2. Também não estão incluídos neste contrato, como obrigação da CONTRATADA, os seguintes procedimentos:

- a) Procedimentos assistenciais que exijam autorização prévia, realizados à revelia da CONTRATADA, sem atendimento às condições previstas neste Contrato;
- b) Atendimentos prestados antes do início da vigência contratual ou do cumprimento das carências, respeitadas as demais condições contratuais;
- c) Tratamento clínico ou cirúrgico experimental definido pela autoridade competente;
- d) Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos;
- e) Quaisquer tratamentos sem indicação clínica;
- f) Procedimentos, exames ou tratamentos realizados fora da área de abrangência do plano, bem como despesas decorrentes de serviços prestados por cirurgiões dentistas não credenciados ao plano contratado, à exceção dos atendimentos de urgência ou de emergência, que poderão ser efetuados por prestadores não credenciados e posteriormente reembolsados, nos limites e termos deste Contrato;
- g) Reembolso de qualquer natureza, dentro ou fora da rede credenciada, exceto os casos de urgência e de emergência previstos neste instrumento;
- h) Fornecimento, aluguel e aquisição de equipamentos e aparelhos ortodônticos, nem a reposição destes no caso de quebra ou perda e suas respectivas manutenções;
- i) Tratamentos prescritos por profissional não habilitado e procedimentos não consagrados pelos órgãos oficiais;
- j) Todos os procedimentos das especialidades de ortodontia;
- k) Fornecimento de próteses odontológicas, ressalvados os procedimentos previstos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS vigente à época do evento;
- l) Transplantes ósseos;
- m) Enxertos ósseos, biomateriais e gengivais;
- n) Procedimentos buco-maxilo-faciais que necessitem de internação hospitalar ou que exijam forma diversa de anestesia local, sedação ou bloqueio e suas despesas hospitalares;
- o) As despesas com internação hospitalar oriundas da realização de procedimentos odontológicos que, não fosse por imperativo clínico, seriam executados em consultório;



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

- p) Fornecimento ou aplicação de medicamentos e/ou material para tratamento domiciliar;
- q) Fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde importados não nacionalizados, ou seja, aqueles produzidos fora do território nacional e sem registro vigente na ANVISA, ainda que utilizado durante o atendimento odontológico;
- r) Tratamentos ilícitos ou antiéticos, assim definidos sob o aspecto odontológico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;
- s) Procedimentos não discriminados no Rol de Procedimentos Odontológicos da ANS vigente na data do evento;
- t) Qualquer tipo de atendimento domiciliar, mesmo em caráter de urgência e emergência;
- u) Procedimentos que não sejam exclusivamente odontológicos;
- v) Radiografias não previstas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde vigente à época do evento para a segmentação odontológica;
- w) Clareamento dentário;
- x) A renovação de restaurações sem indicação clínica e procedimentos odontológicos de natureza estética na substituição de restaurações funcionais;
- y) Transporte do paciente.

15. DOS MECANISMO DE REGULAÇÃO

15.1. Para a utilização de serviços de prestadores relacionados no Indicador de Serviços da Rede (própria ou credenciada), o Beneficiário deverá apresentar:

- a) Documento de identidade oficial com foto;
- b) A requisição para a realização de exames ou tratamentos; e
- c) A Autorização Prévia da CONTRATADA para a realização do serviço.

15.2. Todos os serviços odontológicos cobertos pelo presente Contrato estão sujeitos à prévia autorização da CONTRATADA, exceto consulta inicial e os casos de urgência, sendo garantido ao beneficiário o atendimento pelo profissional avaliador no prazo máximo de 1 (um) dia útil, a partir da solicitação.

15.3. Os tratamentos, exames complementares, serviços auxiliares de diagnóstico e demais procedimentos odontológicos serão prestados pela rede própria ou credenciada, mediante solicitação do cirurgião dentista ou médico assistente, desde que restritos à finalidade de natureza odontológica, não havendo restrição aos não pertencentes à Rede.

15.4. A solicitação de Autorização Prévia, para a realização de procedimentos/eventos contratualmente cobertos deve ser apresentada à CONTRATADA, assinada e datada pelo



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

cirurgião-dentista ou médico assistente do caso, e assinada também pelo Beneficiário.

15.5. Em caso de divergências de natureza odontológica, relacionadas aos serviços objeto do presente Contrato, fica garantido ao Beneficiário a formação de uma Junta Odontológica, composta por três membros, sendo um nomeado pelo Beneficiário, outro pela CONTRATADA, e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados.

15.6. Cada uma das partes pagará os honorários do odontologista que nomear, exceto se o odontologista escolhido pelo Beneficiário pertencer à rede credenciada da CONTRATADA, que, nesse caso, arcará com os honorários de ambos os nomeados. A remuneração do terceiro, desempatador será paga pela CONTRATADA.

15.7. Indicador de Serviços da Rede é a relação de prestadores de serviços odontológicos, componentes da Rede Própria e da Rede Credenciada, sendo sua utilização liberada aos Beneficiários de forma diferenciada, de acordo com o plano contratado.

15.8. Manual do Beneficiário é o instrumento de orientação ao Beneficiário sobre seus direitos e obrigações contratuais, bem como sobre as rotinas operacionais relativas a alterações cadastrais, mecanismos de acesso aos serviços cobertos e formas e condições de sua utilização, eventuais fatores moderadores, limites de cobertura, procedimentos para a obtenção de autorizações prévias, bem como informações sobre os recursos eletrônicos disponibilizados pela CONTRATADA para a agilização do atendimento.

15.9. O manual será atualizado pela CONTRATADA e ficará disponível ao beneficiário na sede da CONTRATADA, através do serviço de teleatendimento ou por meio da internet.

16. DA VIGÊNCIA

16.1. O presente Contrato terá o início na data estipulada pelas partes e constante na Proposta de Admissão, parte integrante deste, e duração mínima de 12 (doze) meses consecutivos.

16.2. Cada ENTIDADE a ser representada pela ESTIPULANTE terá firmado Termo Aditivo ao presente, no qual ficarão especificadas as respectivas vigências.

16.3. O Contrato será renovado automaticamente, por prazo indeterminado, ao término da vigência inicial, salvo manifestação formal em contrário por qualquer uma das partes, mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias anteriores ao seu vencimento.

16.4. Não haverá cobrança de taxa ou qualquer outro valor a título de renovação



contratual.

17. DOS PERÍODOS DE CARÊNCIA

17.1. Para a utilização das coberturas deste Contrato, os BENEFICIÁRIOS deverão cumprir prazos de carência estabelecidos na Proposta de Admissão, que serão contados a partir da data de inclusão do BENEFICIÁRIO no plano respeitado os seguintes prazos máximos:

- a) 24 horas para casos de emergência e urgência;
- b) 180 dias para consultas, exames e demais procedimentos.

17.2. NÃO serem exigidos o cumprimento de carências, desde que:

- a) A inscrição ocorra em até 30 (trinta) dias da assinatura do presente contrato; e/ou
- b) Em até 30 (trinta) dias da vinculação do beneficiário à ENTIDADE.

17.3. Após o transcurso dos prazos previstos acima, os BENEFICIÁRIOS deverão cumprir os períodos de carência integralmente.

17.4. O pagamento antecipado de contraprestações, não elimina ou reduz os prazos de carências.

17.5. Eventuais despesas decorrentes da utilização dos serviços durante o período de carência serão contabilizadas anualmente no sinistro do contrato.

18. DAS DOENÇAS E LESÕES PREEXISTENTE:

18.1. O plano de saúde odontológico, objeto deste contrato, não se aplica doenças e lesões preexistentes.

19. DAS URGÊNCIA E EMERGÊNCIA:

19.1. Estão cobertos os atendimentos aos casos de urgência e emergência, incluindo os seguintes procedimentos:

- a) **Curativo e/ou sutura em caso de hemorragia bucal/labial:** consiste na aplicação de hemostático e/ou sutura na cavidade bucal.
- b) **Curativo em caso de odontalgia aguda/pulpectomia/necrose:** consiste na abertura de câmara pulpar e remoção da polpa, obturação endodôntica ou núcleo existente.
- c) **Imobilização dentária temporária:** procedimento que visa a imobilização de elementos dentais que apresentam alto grau de mobilidade, provocado por trauma.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

- d) **Recimentação de trabalho protético:** consiste na recolocação de trabalho protético.
- e) **Tratamento de alveolite:** consiste na limpeza do alvéolo dentário.
- f) **Colagem de fragmentos:** consiste na recolocação de partes de dente que sofreu fratura, através da utilização de material dentário adesivo.
- g) **Incisão e drenagem de abscesso extraoral:** consiste em incisão na face e posterior drenagem do abscesso.
- h) **Incisão e drenagem de abscesso intraoral:** consiste em incisão dentro da cavidade oral e posterior drenagem do abscesso.
- i) **Reimplante de dente avulsionado:** consiste na recolocação do dente no alvéolo dentário e consequente imobilização.
- j) Outros procedimentos que o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde para a Segmentação Odontológica, editado pela ANS e vigente à época do evento, definir como de urgência/emergência.

19.2. Além desses, também deverão ser cobertos os procedimentos que o Rol de Procedimentos Odontológicos vigente à época do evento definir como de urgência/emergência.

19.3. Será garantido ao Beneficiário o reembolso, no limite das obrigações deste contrato, das despesas decorrentes dos atendimentos de urgência e emergência ocorridos na área de abrangência geográfica da cobertura contratual, sempre que não for possível a utilização dos serviços de prestadores da rede assistencial deste plano.

19.4. O valor do reembolso nas urgências e emergências não pode ser inferior ao da tabela praticada pela operadora junto à rede de prestadores do respectivo produto, conforme disposto no art. 12, inciso VI, da Lei nº 9.656/98.

19.5. As despesas serão reembolsadas de acordo, com a relação de preços de serviços odontológicos praticados pela CONTRATADA, pagáveis no prazo máximo de 30 (trinta) dias, devendo o Beneficiário, para tanto, apresentar os documentos relacionados a seguir:

- a) Relatório do odontólogo assistente declarando o nome do paciente, data do atendimento e descrição do tratamento e respectiva justificativa dos procedimentos realizados;
- b) Solicitação de reembolso em formulário próprio, fornecido pela CONTRATADA
- c) Conta odontológica, discriminando materiais e medicamentos porventura consumidos, com preço por unidade, juntamente com notas fiscais do hospital, e
- d) Recibos individualizados de honorários dos odontólogos assistentes, discriminando funções e o evento a que se referem.

19.6. Somente serão reembolsáveis as despesas vinculadas diretamente ao evento que originou o atendimento ao beneficiário, enquanto perdurou o estado de urgência ou emergência.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

19.7. O reembolso será efetuado através de depósito em conta corrente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de entrega da documentação completa, nos escritórios da CONTRATADA.

19.8. Ficam estabelecidos que o beneficiário terá o prazo de 1 (um) ano para solicitar o reembolso.

20. DA FORMAÇÃO DO PREÇO E MENSALIDADE

20.1. O valor a ser pago pela cobertura assistencial contratada é preestabelecido.

20.2. A responsabilidade pelo pagamento total da contraprestação pecuniária à CONTRATADA será do beneficiário, inclusive de seus dependentes, se houver.

20.3. O não pagamento da contraprestação pecuniária pelo beneficiário à CONTRATADA por prazo superior a 3 (três) dias autorizará que esta efetue a suspensão daquele beneficiário do plano, e se o atraso permanecer por 30 (trinta) dias, contados do vencimento original, a CONTRATADA poderá efetivar a exclusão daquele beneficiário do plano.

20.4. O BENEFICIÁRIO obriga-se a pagar à CONTRATADA, em pré-pagamento, os valores relacionados na Proposta de Admissão, por USUÁRIO (titular e dependentes), para efeito de inscrição e mensalidade, através da emissão de faturas.

20.5. As mensalidades serão pagas até seus respectivos vencimentos.

20.6. Quando a data de vencimento cair em dia que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser realizado até o primeiro dia útil subsequente.

20.7. As faturas emitidas pela CONTRATADA serão baseadas na comunicação de movimentação de pessoal enviada pelo BENEFICIÁRIO titular. A fatura se baseará nos dados disponíveis, realizando-se os acertos nas faturas subsequentes, tudo, conforme item “3”.

20.8. Se o BENEFICIÁRIO não receber documento que possibilite realizar o pagamento de sua obrigação até 10 (dez) dias antes do respectivo vencimento, deverá solicitá-lo diretamente à CONTRATADA, para que não se sujeite às consequências da mora.

20.9. Ocorrendo impontualidade no pagamento da mensalidade, serão cobrados juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados proporcionalmente ao tempo de atraso, além de multa de 2% (dois por cento).



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

20.10. A CONTRATADA não poderá fazer distinção quanto ao valor da contraprestação pecuniária entre os beneficiários que vierem a ser incluídos no contrato e aqueles a estes já vinculados.

20.11. O recebimento pela CONTRATADA de parcelas em atraso constituirá mera tolerância, não implicando em novação contratual, transação, renúncia ou alteração do pactuado.

20.12. Todos os pagamentos serão realizados diretamente à CONTRATADA, por meio de fatura, não tendo o profissional odontólogo ou qualquer outro prestador, autorização para recebimento ou negociação de valores em nome da CONTRATADA.

20.13. O BENEFICIÁRIO declara ter ciência expressa e desde já autoriza o registro de seu nome em cadastro de inadimplentes, a exemplo do SPC E SERASA, na hipótese inadimplência das faturas contratadas por período superior a 30 (trinta) dias, contados do vencimento original da fatura.

21. DO REAJUSTE

21.1. Nos termos da legislação vigente, o valor das mensalidades e a tabela de preços para novas adesões serão reajustados anualmente, de acordo com a variação do índice IPCA. Este será apurado no período de 12 (doze) meses consecutivos, com uma antecedência de 03 (três) meses em relação a data-base de aniversário do contrato (o mês de assinatura do Contrato).

21.2. Caso seja verificado o desequilíbrio econômico-atuarial do contrato, este será reavaliado.

21.3. O desequilíbrio é constatado quando o nível de sinistralidade da carteira ultrapassar o índice de 50% (Sm), cuja base é a proporção entre as despesas assistenciais e as receitas diretas do plano, apuradas no período de 12 (doze) meses consecutivos, anteriores à data base de aniversário.

21.4. Neste caso, para o cálculo do percentual de reajuste será aplicada a seguinte fórmula:

$$R = \frac{S}{Sm - 1}$$

Onde:

S = Sinistralidade apurada no período (Mínimo de 12 meses);



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

Sm = Meta de Sinistralidade expressa em contrato.

21.5. Na hipótese de se constatar a necessidade de aplicação do reajuste por sinistralidade, previsto no item 24.4, o mesmo deverá ser procedido de forma complementar ao especificado no item 24.1 e na mesma data, de forma a garantir a anualidade dos reajustes.

21.6. Na hipótese de descontinuidade do índice estabelecido no item 24.1, será estipulado novo índice mediante instrumento específico.

21.7. Independentemente da data de inclusão dos beneficiários, os valores de suas contraprestações terão o primeiro reajuste integral na data de aniversário de vigência do presente contrato, entendendo-se esta como data base única.

21.8. Não poderá haver aplicação de percentuais de reajuste diferenciados dentro de um mesmo plano em um determinado contrato.

21.9. Nenhum contrato poderá receber reajuste em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, ressalvadas as variações do valor da contraprestação pecuniária em razão de mudança de faixa etária, migração e adaptação do contrato à Lei 9.656/98.

21.10. Os reajustes efetuados serão comunicados à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme determinado pela legislação em vigor.

22. DA PERDA DA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO

22.1. A perda da qualidade de beneficiário poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) Perda da qualidade de beneficiário titular:
 - i. Pela rescisão do presente contrato;
 - ii. Por solicitação formal da ENTIDADE do plano;
 - iii. Por qualquer motivo que deixar de atender às condições exigidas para inscrição;
 - iv. Fraude praticada pelo beneficiário titular, apurada de acordo com a legislação vigente.
- b) Perda da qualidade de beneficiário dependente:
 - I - Pela perda da condição de dependência prevista nas condições gerais deste contrato;
 - II - A pedido do beneficiário titular;
 - III - Fraude praticada pelo beneficiário dependente, apurada de acordo com a legislação vigente.

22.2. Caberá tão somente à ENTIDADE solicitar a suspensão ou exclusão de beneficiários, exceto nos casos de solicitação pelo próprio beneficiário - nos termos da



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

RN 412 da ANS.

23. DA RESCISAO/SUSPENSAO

23.1. O contrato poderá ser rescindido, nas seguintes situações:

- a) Por solicitação de qualquer das Partes, mediante comunicação por escrito à outra Parte, com no mínimo 60 (sessenta) dias do vencimento, período em que as partes deverão cumprir integralmente com as suas obrigações contratuais.
- b) Quando a ESTIPULANTE ou seu responsável, comprovadamente, por dolo, não fizer declarações verdadeiras, omitindo informações em comprovado prejuízo da CONTRATADA.
- c) Descumprimento comprovado pela ESTIPULANTE ou pela CONTRATADA das cláusulas e condições deste Contrato.
- d) Decretação de falência de qualquer das Partes, deferimento de concordata ou dissolução da sociedade.

23.2. Antes do término dos primeiros 12 (doze) meses de vigência deste contrato, é facultado a qualquer das partes denunciar o contrato, mediante comunicação escrita, dirigida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, observadas as condições descritas abaixo:

- a) Quando motivada por uma das hipóteses previstas no item anterior, sem qualquer ônus.

23.3. Não será admitida a inclusão ou exclusão de beneficiários durante os prazos de aviso prévio descritos neste contrato, exceto os beneficiários que tenham firmado proposta em data anterior à ciência da ESTIPULANTE da intenção da CONTRATADA em rescindir o contrato.

23.4. O atendimento aos beneficiários inscritos será suspenso no caso de atraso no pagamento da mensalidade por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos.

23.5 Fica estabelecido que as PARTES, quando do recebimento da solicitação de cancelamento/exclusão imediata a pedido do BENEFICIÁRIO titular, compromete-se a cumprir a regulamentação da RN 412/2016.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Por convenção, adotou-se neste contrato o gênero feminino quando há referência ao (à) ESTIPULANTE, aos (às) beneficiários (as), aos (às) filhos (as), aos (às) menores, dentre outros.

24.2. Integra este contrato, para todos os fins de direito, os Termos de Inclusão das Entidades, a Proposta de Admissão assinada pela ESTIPULANTE, o Catálogo de



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

Serviços Odontológicos, a Tabela de Reembolso, o Manual de Orientação para Contratação de Planos de Saúde (MPS) e o Guia de Leitura Contratual (GLC).

24.3. Os beneficiários com mais de 60 (sessenta) anos de idade, as gestantes, lactantes, lactentes e crianças até 5 (cinco) anos têm privilégio na marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos.

24.4. As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos, digitais e informáticos como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com a assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-BRASIL, conforme disposto pelo Art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 em vigor no Brasil.

25. DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES:

25.1. A CONTRATADA não terá responsabilidade pelo pagamento nas seguintes condições:

- a) Por qualquer acordo ajustado particularmente pelos beneficiários com quaisquer prestadores. Tais despesas e riscos correm por conta exclusivos do Beneficiário;
- b) Pelo pagamento de quaisquer serviços eventualmente utilizados de maneira diversa da pactuada, tais como, dentro do período de cumprimento de carência, após o término da relação contratual e fraude;
- c) A utilização dos serviços contratados, durante o período de suspensão ou de carência, neste último caso, ressalvadas as especificidades dos casos de urgências ou emergências, o que serão contabilizados anualmente no sinistro do contrato.

25.2. É obrigação da ESTIPULANTE, na hipótese de rescisão, resolução ou resilição deste contrato, ou ainda, de exclusão de beneficiário, a envidar os melhores esforços para devolver quaisquer documentos porventura fornecidos pela CONTRATADA, respondendo, sempre, sob todos os aspectos, pelos comprovados prejuízos resultantes do uso indevido desses documentos, que se derem por sua culpa exclusiva, restando isenta, neste caso, de qualquer responsabilidade, a CONTRATADA, a partir da exclusão do beneficiário, rescisão, resolução ou resilição do presente, exceto quando comprovado erro por parte da CONTRATADA, em especial com relação a procedimentos que demandem autorização prévia da CONTRATADA para sua realização, casos em que a ESTIPULANTE ficará isenta de responsabilidade.

25.2.1. Considera-se uso indevido a utilização desses documentos para obter atendimento, mesmo que na forma contratada, pelos beneficiários que perderam essa condição, por exclusão ou término do contrato, ou, em qualquer hipótese, por terceiros não beneficiários.

25.3. Ocorrendo a perda ou extravio de quaisquer documentos, quando devidamente cientificada, a ESTIPULANTE deverá comunicar, por escrito, o fato à CONTRATADA,



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

para cancelamento. O cancelamento só terá validade quando recebido por escrito, pela CONTRATADA.

25.4. As PARTES confirmam e ratificam que o ônus decorrente de demandas judiciais ou administrativas, incluindo, mas não se limitando a multas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dos PROCONS, serão de responsabilidade da parte que der causa à demanda, nos limites da atividade de cada parte, na forma deste Contrato e da Legislação Suplementar.

25.5. Toda e qualquer concessão pela CONTRATADA, fora do pactuado pelo presente instrumento, implicará em mera liberalidade.

25.6. Este contrato foi elaborado levando-se em consideração a legislação vigente nesta data. Assim, qualquer alteração das normas que implique em necessária modificação do que aqui foi avençado, sujeitará a novo ajuste das condições, inclusive com possíveis reflexos na contraprestação, desde que autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

26. DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

26.1. Para os fins desta Cláusula, são considerados:

26.1.1. “Dados Pessoais”: qualquer informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (“Titular” ou “Titular dos Dados”); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrônica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, econômica, cultural ou social dessa pessoa singular;

26.1.2. “Representante do Titular dos Dados”: Um dos pais ou o representante legal, conforme aplicável, para a coleta de consentimento quando ocorrer o Tratamento de Dados Pessoais da Criança;

26.1.3. “Criança”: Em observância ao art. 2º do Estatuto de Criança e do Adolescente – ECA, a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos.

26.1.4. “Tratamento”: Qualquer operação ou conjunto de operações efetuadas sobre Dados Pessoais ou sobre conjuntos de Dados Pessoais, por meios automatizados ou não, tais como a coleta, o registro, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, a eliminação ou a destruição;



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

26.1.5. “Controlador”: Parte que determina as finalidades e os meios de Tratamento de Dados Pessoais. No presente Contrato ESTIPULANTE e CONTRATADA (“Partes”) são Controladores;

26.1.6. “Operador”: Parte que trata Dados Pessoais de acordo com as instruções do Controlador. No presente Contrato, operador será o terceiro que poderá ser contratado por qualquer das Partes;

26.1.7. “Incidente de Segurança”: Acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de Tratamento inadequado ou ilícito dos Dados Pessoais; e

26.1.8. “LGPD” significa a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei no 13.709/2018);

26.2. As Partes reconhecem e concordam que, no que diz respeito ao Tratamento dos Dados Pessoais, cada Parte atua como um controlador em relação a tal Tratamento e não se pretende que qualquer Parte atue como um operador para a outra Parte em relação a qualquer atividade de tratamento de referidos dados.

26.3. As Partes declaram, por este instrumento, que cumprem toda legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive, sempre e quando aplicável, a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/2014), seu decreto regulamentador (Decreto 8.7771/2016), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018), e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema (“Legislação Aplicável”).

26.4. Cada Parte deverá assegurar que quaisquer Dados Pessoais que forneça à outra Parte tenham sido coletados em conformidade com a Legislação Aplicável. As Partes deverão tomar as medidas necessárias, incluindo fornecer informações adequadas aos titulares de dados e garantir a existência de uma base legal, para que a outra Parte tenha o direito de receber tais Dados Pessoais para os fins previstos neste Contrato.

26.5. A Parte que receber os Dados Pessoais fornecidos pela outra Parte deverá tratar os Dados Pessoais somente na medida do necessário para atingir a finalidade pela qual os Dados Pessoais foram fornecidos e para cumprimento das obrigações previstas no presente Contrato. As Partes reconhecem que os Dados Pessoais também poderão ser tratados caso necessários para cumprimento de obrigação legal ou regulatória a qual a Parte esteja sujeita no Brasil ou para o exercício de direitos em processos judiciais, administrativos e arbitrais.

26.6. Cada Parte deverá usar os esforços razoáveis para assegurar que quaisquer Dados Pessoais que forneça à outra Parte sejam precisos e atualizados.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

26.7. Durante a vigência deste Contrato e sem prejuízo do cumprimento de obrigações previstas na Legislação Aplicável, as Partes observarão, no mínimo, os seguintes padrões de segurança:

26.7.1. Estabelecer registros de controle sobre o acesso aos Dados Pessoais mediante a definição de responsabilidades das pessoas que terão possibilidade de acesso e de privilégios de acesso exclusivo para determinados responsáveis;

26.7.2. Mecanismos de autenticação de acesso, usando, por exemplo, sistemas de autenticação dupla para assegurar a individualização do responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais, bem como a adoção de técnicas que garantam a inviolabilidade dos Dados Pessoais, prevendo no mínimo a encriptação;

26.7.3. Inventário detalhado dos acessos aos Dados Pessoais, contendo o momento, a duração, a identidade do funcionário ou do responsável pelo acesso, inclusive quando tal acesso é feito para cumprimento das obrigações legais ou determinações por parte de autoridades;

26.8. As Partes deverão manter sigilo em relação aos Dados Pessoais tratados em virtude deste Contrato, garantindo que todas as pessoas autorizadas a tratar tais dados estejam comprometidas, de forma expressa e por escrito, estejam sujeitas ao dever de confidencialidade, bem como devidamente instruídas e capacitadas para o Tratamento de Dados Pessoais.

26.9. Na hipótese em que uma Parte não tenha condições isoladas para realizar o cumprimento das obrigações previstas na Legislação Aplicável em relação aos direitos dos titulares, cada Parte deverá auxiliar a outra, de imediato, visando:

26.9.1. Confirmação da existência de tratamento;

26.9.2. Informação sobre acesso aos dados;

26.9.3. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

26.9.4. Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei;

26.9.5. Portabilidade dos dados;

26.9.6. Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento, quando aplicável;

26.9.7. Elaboração de relatórios de impacto à proteção dos Dados Pessoais;



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

26.9.8. Informação sobre a possibilidade de não fornecimento do consentimento e sobre as consequências da negativa;

26.9.9. Revogação do consentimento;

26.9.10. Revisão de decisões automatizadas tomadas com base no tratamento de dados pessoais.

26.10. Cada Parte deverá informar, de maneira imediata, à outra Parte, qualquer solicitação de correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos Dados Pessoais, que tenha recebido do titular, para que seja repetido idêntico procedimento em relação à própria Parte ou com quaisquer terceiros que tenham recebido os Dados Pessoais do titular em virtude da existência deste Contrato, visando o atendimento da Legislação Aplicável, exceto nos casos em que o envio desta informação seja comprovadamente impossível ou implique esforço desproporcional.

26.11. As Parte se comprometem a, antes da coleta, acesso, uso e transferência dos Dados Pessoais, justificar a operação em uma das bases legais previstas na LGPD para que o Tratamento seja realizado legitimamente.

26.12. As Partes expressamente se comprometem a tratar os Dados Pessoais sensíveis que lhes forem confiados ou que eventualmente sejam tratados na relação direta com o titular em estrita observância das regras específicas previstas na Legislação Aplicável, incluindo, mas não se limitando à LGPD.

26.13. As Partes se comprometem a tratar os Dados Pessoais de Crianças e adolescentes em observância do disposto no art. 14, da LGPD.

26.14. Cada uma das Partes será a única responsável, independentemente da necessidade de comprovação de culpa, por eventuais Incidentes de Segurança que venham a ocorrer em relação aos Dados Pessoais tratados sob sua responsabilidade.

26.15. Caso uma das Partes seja demandada por qualquer pessoa, autoridade ou entidade, pública ou privada, em razão do Incidente de Segurança, fica garantido a essa Parte o direito de chamamento ou denúncia à lide, nos termos do Código de Processo Civil;

26.16. Em caso de Incidente de Segurança envolvendo Dados Pessoais obtidos em decorrência deste Contrato, independentemente do motivo que o tenha ocasionado, deverão as Partes, imediatamente, comunicarem-se mutuamente, através de notificação formal, certificando-se do recebimento, contendo no mínimo as seguintes informações:

26.16.1. data e hora do Incidente de Segurança;

26.16.2. data e hora da ciência pela Parte notificante;



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

- 26.16.3. relação dos tipos de dados afetados pelo Incidente de Segurança;
- 26.16.4. quantidade e relação de Titulares afetados pelo Incidente de Segurança;
- 26.16.5. dados e informações de contato do Encarregado de Proteção de Dados (DPO) para fornecer outras informações sobre o Incidente de Segurança;
- 26.16.6. descrição das possíveis consequência do Incidente de Segurança;
- 26.16.7. indicação das medidas adotadas, em andamento, e futuras para reparar o dano e evitar novos Incidentes de Segurança;
- 26.17. Caso a Parte não disponha de todas as informações elencadas no item 27.16 no momento do envio da notificação, deverá encaminhá-las gradualmente, desde que o envio de todas as informações não exceda o prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência do incidente.
- 26.18. As Partes disponibilizarão toda a documentação necessária para demonstrar o cumprimento às obrigações estabelecidas neste Contrato e/ou na Legislação Aplicável, em período previamente combinado entre as Partes. Fica garantido às Partes o direito a realização de pelo menos uma auditoria semestral nos sistemas uma da outra, com o objetivo de verificar medidas e controles de segurança da informação e adequação do Tratamento de Dados Pessoais ao objeto e às obrigações do presente Contrato.
- 26.19. O relatório de auditoria deverá ser enviado à Parte auditada e à Parte solicitante, simultaneamente, e deverá ser considerada confidencial, podendo as Partes apenas divulgá-lo a seus respectivos assessores legais.
- 26.20. Os custos da auditoria deverão ser suportados pela Parte solicitante.
- 26.21. As Partes se comprometem a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de auditoria sejam tratados adequadamente, devendo preparar um plano de ação com cronograma razoável para a realização de referidas atividades, sem prejuízo da Parte solicitante decidir pela rescisão deste Contrato, uma vez consideradas graves as irregularidades verificadas.
- 26.22. Caso requerido por uma das Partes e não havendo a rescisão deste Contrato, referido plano de ação deverá ser compartilhado com a outra Parte, devendo a Parte auditada enviar a cada período trimestral uma atualização de status para atendimento a todos os pontos constantes do plano de ação.
- 26.23. Caso uma Parte tenha necessidade de compartilhar com terceiros os Dados



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

Pessoais recebidos pela outra Parte, independentemente do motivo, deverá referida Parte impor a tais terceiros o dever de, no mínimo, cumprir com as obrigações estabelecidas neste Contrato bem como na Legislação Aplicável, sendo inclusive, responsável, perante a outra Parte, pelas atividades de Tratamento de Dados Pessoais exercidas pelo terceiro contratado e por eventuais Incidentes de Segurança.

26.24. Ao término da relação entre as Partes, cada Parte deverá, em caráter definitivo, eliminar, anonimizar e/ou bloquear acesso aos Dados Pessoais que tiverem sido tratados em decorrência do Contrato, salvo se referida Parte tiver base legal, de acordo com a Legislação Aplicável, para continuar o tratamento dos Dados Pessoais.

26.25. Em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula ou em caso de Incidente de Vazamento que imponha o dever à Parte inocente de indenizar o titular dos Dados Pessoais ou quaisquer terceiros, ficará a Parte infratora com a obrigação de reparar eventuais perdas e danos, as quais não estarão sujeitas a qualquer limite, ainda que disposto de outra forma no Contrato ou em qualquer outro instrumento firmado pelas Partes.

26.26. Na hipótese de qualquer alteração aos termos previstos nesta Cláusula, as Partes deverão celebrar aditivo contratual, por escrito, formalizando a mudança acordada.

26.27. Do Consentimento Para Tratamento De Dados Pessoais.

26.27.1. A ESTIPULANTE por meio do presente instrumento se compromete a obter junto aos Beneficiários a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual eles consentem e concordam que a OPERADORA realize o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei no 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tomando decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, realizando operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

26.27.2. Sendo assim, a ESTIPULANTE garante que a OPERADORA está autorizada a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento dos dados pessoais dos Beneficiários, cujo tratamento já está respaldado por base legal, regulamentar ou contratual também para as seguintes finalidades:

26.27.2.1. Possibilitar que a OPERADORA envie ou forneça ao Beneficiário seus produtos, serviços e benefícios advindos de convênio ou contrato com terceiros, de forma remunerada ou gratuita;

26.27.2.2. Possibilitar que a OPERADORA estruture, teste, promova e faça propaganda de produtos e serviços, personalizados ou não ao perfil do Beneficiário;



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

26.27.3. A ESTIPULANTE assegura que colherá o consentimento dos Beneficiários para que a OPERADORA esteja autorizada a compartilhar os seus dados pessoais com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas nesta Cláusula, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei no 13.709/2018.

26.27.4. A OPERADORA responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

26.27.5. A ESTIPULANTE assegura, por meio do consentimento a ser colhido junto aos Beneficiários, que a OPERADORA poderá manter e tratar os dados pessoais daqueles durante todo o período em que estes forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas nesta Cláusula.

27. DA ELEIÇÃO DE FORO

27.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou demanda judicial oriundas do presente contrato, fica eleito o foro da comarca de domicílio da ESTIPULANTE.

ODONT OPERADORA ODONTOLOGICA LTDA
CONTRATADA

ASSOCIACAO DOS PROFISSIONAIS DOS CORREIOS EM BRASILIA - ADCAP
BRASILIA
CONTRATANTE

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Empresarial

